

VERDADE E PLURALIDADE NO NOVO TESTAMENTO

*Augustus Nicodemus Lopes**

RESUMO

Quando o cristianismo surgiu no século I da era cristã, apareceu juntamente com ele uma abundância de variações da pregação dos discípulos de Cristo. Os apóstolos tiveram que lidar com essas formas emergentes de cristianismo e a atitude que eles e seus associados tomaram para com elas ficou registrada nos seus escritos, os livros que hoje compõem o Novo Testamento. Foram os autores do Novo Testamento receptivos e flexíveis para com estas compreensões diferentes da pessoa e obra de Cristo? Uma análise de seus escritos mostrará que há várias evidências de que eles criam que Deus havia revelado um corpo doutrinário definido o bastante para poder caracterizar como falsos e humanos ensinamentos que fossem divergentes. Neste artigo são analisadas algumas destas evidências, como o surgimento dos escritos do Novo Testamento, as denúncias dos escritores do Novo Testamento contra os falsos mestres, as suas exortações para que a sua doutrina fosse preservada, o conceito de apostasia em seus escritos, a interpretação que fizeram do Antigo Testamento e o conceito de “verdade” em suas obras. Afirmar a existência de uma única teologia do Novo Testamento não é negar a imensa variedade que caracteriza seus livros. É reconhecer que tal variedade resulta de ênfases diferentes, aplicações variadas de um mesmo sistema teológico. O artigo conclui que a atitude dos autores do Novo Testamento para com a revelação divina serve de modelo para a Igreja cristã em todas as épocas e lugares. Como tal, ela pode fazer afirmações teológicas ou elaborações doutrinárias que sejam consideradas como verdadeiras e válidas em todas as épocas e lugares.

PALAVRAS-CHAVE

Novo testamento, pluralidade, apostasia, verdade, tolerância, apóstolos.

* *O autor é ministro presbiteriano, mestre em Novo Testamento pela Potchefstroom University for Christian Higher Education, África do Sul, e doutor em Hermenêutica e Estudos Bíblicos pelo Westminster Theological Seminary, EUA. Atualmente é pastor auxiliar da Igreja Presbiteriana de Santo Amaro e chanceler da Universidade Presbiteriana Mackenzie. O presente artigo é o teor de uma palestra proferida na Universidade Mackenzie em comemoração ao dia do pastor presbiteriano e já se encontra publicado sob o título “Tolerância no Novo Testamento”, por Publicações Evangélicas Seleccionadas, em 2003. É publicado aqui com a permissão da referida editora.*

INTRODUÇÃO

Quando o Cristianismo surgiu no século I da era cristã, apareceu juntamente com ele uma abundância de variações na pregação dos discípulos de Cristo. Judaizantes entendiam que as obras da Lei prescritas por Moisés eram essenciais para que judeus e gentios obtivessem a salvação trazida por Cristo. Mestres gnósticos negavam a encarnação, defendendo que Cristo tinha uma aparência de corpo ou fazendo uma distinção entre o Jesus humano e o Cristo divino que veio sobre ele no batismo. Libertinos, nicolaítas e seguidores de Jezabel ensinavam formas cristianizadas de paganismo que permitiam participação nos sacrifícios pagãos e nos seus festivais imorais. Havia grupos que negavam a ressurreição de mortos, que ensinavam o batismo pelos mortos. Espirituais defendiam que o Reino de Deus já havia chegado em plenitude mediante as manifestações carismáticas das línguas de anjos.

Os apóstolos tiveram que lidar com essas formas emergentes de Cristianismo e a atitude que eles e seus associados tiveram para com elas ficou registrada nos seus escritos, os livros que hoje compõem o nosso Novo Testamento. Foram os autores do Novo Testamento receptivos e flexíveis para com estas compreensões diferentes da pessoa e obra de Cristo? Tinham, eles mesmos, uma compreensão única e definida? Alguns estudiosos defendem que o Novo Testamento não traz um sistema doutrinário coerente e único, mas vários, e que alguns deles são internamente contraditórios. Falam de diferentes “teologias” contidas nas Escrituras, não em termos complementares, mas em termos de serem diferentes entre si mesmas. Destacam, por exemplo, a suposta tensão entre o cristianismo propagado por Pedro e o exposto por Paulo, e entre o paulino e o de Tiago. Os evangelhos refletiriam as teologias divergentes de seus autores. O autor de Hebreus seria um pensador independente da tradição apostólica. Assim, argumentam, não se pode dizer que existe no Novo Testamento a idéia de um corpo doutrinário definido e coerente.

O objetivo deste artigo é inquirir se os escritores do Novo Testamento reconheciam um corpo de doutrinas definido e permanente, dado por Deus para a igreja de Cristo. Indagaremos ainda qual a atitude deles para com ensinamentos que divergiam e contradiziam esse corpo doutrinário. Colocando em outras palavras, é o Novo Testamento tolerante para com a pluralidade teológica?

Perceberemos em nossa investigação que é perfeitamente claro nos escritos do Novo Testamento que os primeiros cristãos estavam conscientes de que estavam vivendo tempos de cumprimento das antigas promessas, quando Deus estava revelando sua verdade em seu Filho Jesus Cristo, recebida e anunciada pelos apóstolos e registrada nas Escrituras. Há várias evidências de que eles criam que Deus havia revelado um corpo doutrinário definido o bastante para poder caracterizar como falsos e humanos ensinamentos que fossem divergentes. Analisaremos algumas destas evidências, a saber: o surgimento dos escritos do Novo Testamento, as denúncias dos escritores do Novo Testamento contra os falsos mestres, as suas exortações para que a sã doutrina fosse preserva-

da, o conceito de apostasia em seus escritos, a interpretação que fizeram do Antigo Testamento e o conceito de “verdade” em suas obras.

Afirmar a existência de uma única teologia do Novo Testamento não é negar a imensa variedade que caracteriza seus livros. É reconhecer que tal variedade resulta de ênfases diferentes, aplicações variadas de um mesmo sistema teológico. Os autores inspirados escreveram suas obras para atender a diferentes situações e necessidades das comunidades cristãs nascentes, destacando individualmente em seus escritos elementos da pregação apostólica pertinentes àquelas situações. Ao final, complementam-se e nos dão o quadro total.

1. EVIDÊNCIAS DO CONCEITO DE VERDADE FIXA NOS ESCRITOS DO NOVO TESTAMENTO

1.1 O Surgimento dos Escritos do Novo Testamento

Os livros que hoje compõem o cânon do Novo Testamento foram inicialmente escritos com diferentes propósitos. É claro que, uma vez que foram incluídos no cânon, foram destacados do ambiente vivencial e da situação particular que procuravam atender e se tornaram universais em sua mensagem e aplicação. Entretanto, o processo pelo qual eles foram elaborados é bastante instrutivo para o nosso tema. Sabemos que os seus escritores, em reação a problemas de diversos tipos surgidos nas igrejas locais ou em grupos delas, produziram material evangelístico, edificante, doutrinário e prático, que mais tarde veio a ser reconhecido como inspirado por Deus e, portanto, canônico. Entretanto, há um motivo que se destaca acima dos demais no processo de surgimento dos escritos do Novo Testamento. Boa parte deles foi produzida em reação à invasão de falsos ensinamentos nas primeiras comunidades cristãs. Em resposta à propagação do erro, os apóstolos e seus associados produziram material que se destinava a expô-lo, refutá-lo e a instruir e fortalecer os crentes na verdade do evangelho. Ou seja, o que motivou o surgimento de boa parte do Novo Testamento foi a convicção de que Deus havia revelado a verdade e que em algumas comunidades cristãs a mentira estava se instalando.

Não devemos pensar que essa resistência à pluralidade teológica foi inventada pelos primeiros cristãos. O conceito monoteísta estrito, uma leitura dos eventos históricos a partir de uma perspectiva teológico-confessional e a doutrina da aliança de Deus exclusivamente com Israel são temas dominantes no Antigo Testamento. Muito embora o judaísmo da Palestina no período do Segundo Templo tenha transformado em nacionalismo étnico a singularidade da revelação de Iavé, permanece verdadeiro o fato de que a intolerância para com a pluralidade religiosa é característica da religião revelada por Deus a Moisés. Os cristãos herdaram o conceito de religião revelada e única e que a igreja cristã era a continuação legítima do Israel de Deus. Tal convicção se reflete claramente em seus escritos.

Devemos também lembrar que a igreja cristã, desde o seu nascedouro, teve que lutar pela preservação da verdade. Os apóstolos, profetas e pastores

estavam empenhados, desde cedo, a instruir os crentes nas doutrinas consideradas fundamentais, básicas e verdadeiras, e, conseqüentemente, a denunciar aquelas que eram consideradas falsas. Até mesmo defensores de que a Bíblia é tolerante para com a pluralidade religiosa reconhecem que essa tese é difícil de provar no Novo Testamento, porque percebem que textos exclusivistas abundam no mesmo.

O Evangelho de João, por exemplo, cujo propósito declarado é o de confirmar os leitores na fé em Jesus Cristo (Jo 20.30-31), deve ter sido provocado por alguma situação de cunho doutrinário que exigia tal confirmação. Ele teve como propósito subsidiário atender a algum tipo de situação em que uma correção doutrinária se fazia necessária. Existe muita divergência quanto a este tipo de situação: alguns acham que João escreveu o evangelho em sua polêmica contra os judeus, outros, para combater o gnosticismo de seus dias, para corrigir um grupo que era seguidor de João Batista, ou ainda para corrigir a escatologia da igreja. Não entraremos na discussão dessa questão aqui. O que queremos observar é que todas estas opiniões reconhecem o caráter apologético do quarto evangelho.

Várias cartas de Paulo também foram escritas em resposta ao desenvolvimento do erro doutrinário em comunidades por ele fundadas. A carta aos Gálatas foi escrita para combater um falso ensino divulgado por oponentes seus sobre as condições pelas quais os crentes gentios poderiam ser aceitos na igreja. Muito embora Paulo não se dirija na carta diretamente aos seus oponentes, ela foi certamente provocada pelo ensinamento deles. A carta aos Colossenses foi escrita para combater um movimento que havia se infiltrado na igreja de Colossos, que veio a ficar conhecido como a heresia de Colossos. Não se sabe ao certo que tipo de falso ensino era aquele, mas com certeza Paulo o considerou uma ameaça para a pureza doutrinária da igreja. Esse fato tem levado alguns autores a considerar a carta como uma das primeiras “apologéticas” cristãs. A segunda carta de Paulo aos Tessalonicenses foi escrita, entre outras coisas, para corrigir um falso conceito escatológico relacionado com a *parousia*. Tal conceito teria talvez se infiltrado através de uma carta escrita em nome de Paulo, e dizia que a vinda do Senhor já havia ocorrido (2Ts 2.1-2). Além de outros propósitos gerais, Paulo escreveu 1 Timóteo para instruir Timóteo quanto a uma heresia que havia se instalado na igreja de Éfeso, que provavelmente é o mesmo erro combatido em 2 Timóteo e Tito. Outras cartas paulinas, embora não tenham surgido primariamente num ambiente de erro doutrinário, refletem igualmente determinados ensinamentos que haviam se imiscuído nas igrejas e que eram considerados como uma ameaça à fé. Em 1 Coríntios, por exemplo, Paulo escreveu uma longa seção sobre um falso ensino presente na comunidade quanto à ressurreição e as implicações danosas do mesmo (1Co 15).

É evidente que Paulo não considerava a perspectiva dos judaizantes da Galácia, quanto à salvação pelas obras da lei, como sendo uma interpretação alternativa e válida. Também não considerava a teologia dos mestres de

Colossos como um enriquecimento para a doutrina cristã, apresentando um outro ponto de vista válido sobre Cristo e sobre a vida cristã. Igualmente, não parece considerar que as doutrinas que estavam sendo disseminadas em Éfeso e Creta por falsos mestres eram maneiras diferentes, válidas e complementares de se ver o cristianismo. Na realidade, o apóstolo considera estas formas diferentes de cristianismo como falsas, perigosas e contrárias à verdade do evangelho.

O ambiente vivencial que provocou o surgimento de 2 Pedro, 1 João e Judas foi igualmente o de controvérsia doutrinária. Pedro escreveu sua segunda carta com o propósito de manter a Igreja alerta e firme contra a infiltração de perigosos mestres (ver 2Pe 2.1-2). João escreveu para fortalecer os cristãos da Ásia Menor contra o avanço de um ensinamento que combinava elementos gnósticos e cristãos e negava a encarnação de Cristo (cf. 1Jo 4.1-3). Judas, igualmente, escreveu porque sentiu necessidade de exortar os crentes a batalhar pela fé evangélica em virtude da infiltração de falsos mestres em suas comunidades (Jd 3-4). É verdade que o erro desses mestres parece ter consistido mais em desvios práticos, mas não se podem dissociar desvios práticos de erros doutrinários.

Pedro, João e Judas, à semelhança de Paulo, não parecem ter sido partidários de qualquer forma de pluralismo religioso. Para eles, os mestres que combateram em suas cartas não eram apenas irmãos que tinham uma interpretação diferente, e válida, do cristianismo. Não consideravam seus ensinamentos como variações legítimas da verdade, mas como manifestações do erro religioso.

O mesmo se pode dizer, em parte, com relação ao Apocalipse. As cartas às sete igrejas, na parte introdutória da obra, contêm preocupações nitidamente doutrinárias, por parte de Jesus Cristo, com relação a determinadas igrejas que estavam permitindo que os falsos mestres e seus ensinamentos continuassem sem ser corrigidos: Pérgamo tolerava a doutrina de Balaão e dos nicolaítas (Ap 2.14-15), Tiatira tolerava os falsos ensinamentos da profetisa Jezabel (2.20). Em contraste, Éfeso é elogiada por ter colocado à prova os que se apresentavam como apóstolos (2.2), muito embora estivesse aquém do amor devido ao Senhor (2.4). Considerando que essas eram igrejas existentes na época em que Apocalipse foi escrito, pode-se supor que um dos alvos da obra era exatamente corrigir-lhes a falta de vigilância e zelo doutrinário.

Os fatos acima revelam claramente que os escritores do Novo Testamento operavam a partir de convicções teológicas muito claras e definidas. Caso seus autores não as tivessem, com que base teriam escrito contra certos ensinamentos? É evidente, como seus escritos nos mostram, que eles deram diferentes ênfases a determinadas doutrinas e abordaram pontos teológicos de perspectivas variadas, como é o caso de fé e obras nos escritos de Paulo e Tiago. Entretanto, em meio à diversidade do Novo Testamento emerge claramente um corpo doutrinário fundamental, compartilhado por todos seus escritores, que estudiosos mais antigos batizaram de *kerygma* ou mensagem da igreja cristã primitiva, definida e clara o suficiente para justificar o surgimento de escritos em sua defesa.

1.2 As Denúncias contra Falsos Mestres e Profetas

Não podemos negar que os escritores do Novo Testamento demonstram tolerância para com os crentes que por algum motivo abraçaram desvios práticos decorrentes de erros teológicos. O melhor exemplo disto é a primeira carta de Paulo aos Coríntios. Ao abordar as irregularidades daquela igreja, o apóstolo trata os seus membros de forma bastante tolerante, considerando-os como irmãos em Cristo e como igreja de Deus, muito embora tenha entregue um incestuoso a Satanás e declarado dignos de castigo os que participassem erroneamente da Ceia (1Co 11). Em oposição à tolerância para com os novos convertidos e desavisados, os escritores do Novo Testamento demonstram uma profunda resistência ao erro teológico ou heresia divulgados por mestres. Não podiam ficar silenciosos diante do crescimento dos mesmos nas comunidades cristãs. Assim, tomaram da pena para escrever, denunciando, alertando e encorajando. O tom dos autores bíblicos quanto tratam de desvios do corpo doutrinário recebido é de urgência, preocupação e de alerta. Não há concessão, tolerância ou complacência. A diferença entre as duas atitudes é que, quando se tratava de erros práticos cometidos por crentes, os escritores do Novo Testamento adotam uma abordagem tolerante e pastoral. Mas, quando se tratava de ensinamentos de mestres que se afastavam do padrão doutrinário recebido, a atitude passava a ser de inflexibilidade. Os apóstolos tratavam com paciência desvios práticos no culto e mau uso dos dons espirituais (o caso de Corinto), mas rejeitavam veementemente o que determinados mestres ensinavam, como a salvação pelas obras da lei (Gálatas), negação da ressurreição dos mortos (1Coríntios 15), ensinamentos estranhos sobre a pessoa de Cristo (Colossenses e 1João), antinomismo ou barateamento da graça (2Pedro e Judas).

A raiz dessa atitude certamente está na atitude do próprio Jesus Cristo, em seu confronto com os fariseus, os saduceus e os herodianos. Boa parte desse conflito não era de natureza doutrinária. Mas evidentemente uma parte era, como, por exemplo, a natureza do divórcio, do casamento após a morte, e a relação do Messias, o filho de Davi, com o próprio Davi. O que é ainda mais relevante para o nosso estudo são as advertências que o Senhor Jesus fez aos seus discípulos com relação à chegada na Igreja de falsos mestres e profetas. Eles viriam disfarçando suas verdadeiras intenções, mas seriam conhecidos pelos frutos de seu ensino (Mt 7.15-16). Tais falsos profetas, que se levantariam de entre os próprios discípulos, enganariam a muitos (Mt 24.11) por virem em nome de Cristo e por sua capacidade de operar sinais e prodígios (Mt 24.24; Mc 13.22).

Prevenidos como estavam, os discípulos de pronto reconheceram e denunciaram aqueles cuja vinda havia sido anunciada pelo Senhor. O apóstolo Paulo, seguindo a atitude de Jesus, igualmente preveniu os presbíteros da igreja de Éfeso quanto aos falsos mestres que viriam de fora da comunidade, como lobos vorazes (At 20.29), e quanto aos que se levantariam de dentro da própria comunidade, com o objetivo de arrastar os discípulos atrás deles (At 20.30). Tal profecia cum-

priu-se literalmente: anos mais tarde, Paulo teve que escrever a Timóteo dando-lhe instruções quanto aos falsos mestres presentes em Éfeso (1Timóteo).

Em suas cartas, Paulo alerta contra aqueles que difundiam o que ele considerava como perversão do ensino apostólico por motivos escusos. Ele denuncia a presença e atividade de falsos apóstolos em *Corinto*, obreiros fraudulentos que se transfiguravam em apóstolos de Cristo (2Co 11.13). Estes eram provavelmente mestres judeus convertidos ao cristianismo que pregavam aos convertidos gentílicos a necessidade de guardar a lei de Moisés, e que se apresentavam como apóstolos de Cristo, tendo em suas origens judaicas a fonte de sua autoridade. Há indícios na segunda carta de que, para Paulo, tais falsos apóstolos mercadejavam a Palavra de Deus (2Co 2.17), eram astutos e adulteravam a Palavra de Deus (2Co 4.2), e pregavam outro Jesus – e o que era pior, estavam sendo bem recebidos pela igreja de Corinto (2Co 11.1-4).

A penetração de falsos mestres nas igrejas da *Galácia* fundadas por Paulo é bem conhecida. Em sua carta a essas igrejas, Paulo se refere aos que pregam outro evangelho, pervertendo o evangelho de Cristo e perturbando os irmãos (Gl 1.6-9), que estavam fascinando os gálatas com outra mensagem (3.1), ensinando que eles deviam se circuncidar (5.2; 6.11) e justificar-se pela lei de Moisés (5.4). Tais mestres não vinham da parte de Cristo e sofreriam a condenação (5.7-10). Em sua carta aos crentes de *Filipos*, o apóstolo menciona alguns que pregavam a Cristo por porfia (Fp 1.15). Provavelmente são os mesmos maus obreiros provenientes do judaísmo contra os quais os crentes deviam se acautelar (Fp 3.2). Paulo os considera inimigos da cruz de Cristo, destinados à perdição (Fp 3.18-19). Paulo igualmente denunciou os proponentes de um falso ensino em *Colossos*. Ele temia que os mesmos viessem a enredar os crentes com sua filosofia e vãs sutilezas (Cl 2.8), pregando a guarda de leis judaicas (Cl 2.16) sob o pretexto de terem tido visões de anjos (Cl 2.18).

Nas *Pastorais* encontramos severas palavras do apóstolo sobre problemas doutrinários causados por mestres da lei (1Tm 1.7), a quem Paulo considera apóstatas obedientes a espíritos enganadores, com a consciência cauterizada, ensinando doutrinas de demônios (1Tm 4.1), mestres que se desviaram da verdade e pervertiam a fé a muitos (2Tm 2.18), que ensinavam o que o povo desejava ouvir (2Tm 4.3). Tais mestres provinham do judaísmo e Paulo os chama de insubordinados, palradores frívolos e enganadores (Tt 1.10).

A atitude dos demais escritores do Novo Testamento é similar. João denuncia com palavras fortes alguns mestres que estavam se infiltrando nas igrejas da Ásia, considerando-os enganadores e anticristos (1Jo 4.1-4; 2Jo 7). Com toda probabilidade, eram pregadores que haviam saído das comunidades cristãs para abraçar idéias do gnosticismo incipiente daqueles dias, que, por causa do dualismo grego entre matéria e espírito, acabava por negar a encarnação de Cristo (1Jo 2.2) ou a realidade do corpo de Jesus (1Jo 4.2). João certamente não compartilhava de qualquer conceito pluralístico quanto à doutrina de Cristo, pois considerava o ensinamento daqueles mestres como sendo uma manifes-

tação do espírito do erro (1Jo 4.6). Da mesma forma, Pedro não poupa adjetivos contra falsos mestres (2Pe 2.10-15) que, à semelhança dos falsos profetas do Antigo Testamento, introduziam “heresias destruidoras” (2.1), trazendo “práticas libertinas” (2.2) com “palavras fictícias” (2.3). Na mesma linha, Judas denuncia mestres que transformavam em libertinagem a graça de Deus, desta forma negando a Jesus Cristo (Jd 3-4). A maior parte de sua carta consiste num acúmulo de adjetivos e imprecisões contra tais mestres, justificando com base no Antigo Testamento a justa condenação dos mesmos.

Não é diferente o que encontramos em Apocalipse. A mesma denúncia contra o erro e contra os que o espalham transparece claramente da obra. Espíritos imundos, operadores de sinais e prodígios da mentira, usados para estabelecer a autenticidade do erro religioso, têm sua origem atribuída a Satanás e ao anticristo, chamado de falso profeta (Ap 16.13). Os mesmos, juntamente com todos os que forem seduzidos pelos seus falsos ensinamentos, serão atormentados eternamente no lago de fogo e enxofre (19.20; 20.10).

Em resumo, os autores do Novo Testamento consideram esses mestres como *falsos* não somente porque tinham falsos motivos, mas especialmente porque *ensinavam a falsidade teológica*, o erro doutrinário, desvios do ensino apostólico. Portanto, eram considerados como mercenários, emissários de Satanás, apóstatas, enganadores, desviados, anticristos.

Embora os escritores bíblicos manifestem um grau de compaixão, exigindo o arrependimento para a restauração de cristãos que se desviaram da verdade (ver Tg 5.19-20), a atitude deles, em contraste, para com os mestres de falsos ensinamentos, é da mais completa *oposição*. Paulo determina a Tito que era necessário fazer calar os mestres que estavam pervertendo casas inteiras em Creta (Tt 1.11). Ele entrega a Satanás Himeneu e Alexandre por causa de blasfêmias (1Tm 1.20), entre elas a afirmação de que a ressurreição já havia acontecido (2Tm 2.17-18). Alexandre, o latoeiro, foi outro mestre do erro a quem o apóstolo entregou ao castigo divino (2Tm 4.15-15), junto com qualquer anjo ou pregador que anunciasse algo além da doutrina apostólica (Gl 1.8-9). A recomendação de Paulo aos crentes em geral era para que se afastassem de quem estivesse em desacordo com a doutrina apostólica (Rm 16.17), como também João determina: “Se alguém vem ter convosco e não traz esta doutrina, não o recebeis em casa, nem lhe deis as boas-vindas” (2Jo 10). Tão inflexíveis quanto Paulo e João são Pedro e Judas, os quais, usando termos e expressões bem semelhantes, determinam que os crentes não caiam no erro daqueles mestres insubordinados e escarnecedores (2Pe 3.17; ver toda a carta de Judas).

Como explicar esta oposição firme contra os falsos mestres senão que os escritores do Novo Testamento sabiam que haviam recebido um depósito doutrinário da parte de Deus e que aqueles cujo ensinamento contradizia este depósito, ou dele divergia ou se desviava, não procediam de Deus?

1.3 As Exortações para que a Sã Doutrina Seja Preservada

Doutrina é o nome que os Evangelhos dão ao ensinamento de Jesus Cris-

to. É a tradução da palavra grega *didaquê*, que significa instrução, ensino ou o próprio ato de ensinar. Mateus refere-se aos ensinamentos de Jesus como sendo a *doutrina* que ele pregava (Mt 7.28; 22.33). Da mesma forma, Marcos (1.22,27; 11.18), Lucas (4.32) e João (18.19), o qual registra ainda uma disputa entre Jesus e os judeus quanto à origem da doutrina dele (Jo 7.17). O mesmo termo é empregado em Atos para se referir ao ensinamento dos apóstolos, que interpretaram e transmitiram a doutrina de Cristo ao povo (At 5.28; 13.12; 17.19). Perseverar na *doutrina dos apóstolos* era a expressão empregada para o apego fiel ao ensinamento deles (At 2.42). Nas cartas apostólicas, aparece outro termo que também foi traduzido como *doutrina*, que é *didascalia*. O termo significa aquilo que é ensinado (cf. Ef 4.14; Cl 2.22; 1Tm 1.10; Tt 1.9; etc.); ensinamento, instrução (Rm 12.7; 15.4). Frequentemente aparece o termo “a doutrina”, uma referência a um corpo doutrinário definido (1Tm 6.1; Tt 1.9), qualificado como “a doutrina de Deus” (Tt 2.10) ou “a doutrina de Cristo” (2Jo 9), que foi recebido pelas igrejas da parte dos apóstolos e que serve de referência para julgar a ortodoxia ou heterodoxia do que os pregadores ensinam (Rm 16.17). O apóstolo Paulo faz referência à “sã doutrina” nas Pastoris, uma clara referência a esse corpo doutrinário recebido pela Igreja, o qual funciona como paradigma do trabalho pastoral e das questões doutrinárias, em oposição aos falsos ensinamentos (1Tm 1.10; 2Tm 4.3; Tt 2.1; cf. “boa doutrina”, 1Tm 4.6; “sãs palavras”, 1Tm 6.3; 2Tm 1.13). O emprego do termo *doutrina*, portanto, aponta para a consciência dos autores do Novo Testamento de que havia um grupo de verdades reveladas que formavam um conjunto definido, que teve seu início no ministério de Cristo e que foi confiado à igreja mediante os apóstolos. *Doutrina* é verdade transmitida de forma normativa e recebida em confiança.

Os escritores do Novo Testamento também percebiam que a Igreja não somente era a depositária da revelação de Deus, a *sã doutrina*, mas também a responsável por preservá-la. Paulo considera a igreja como sendo “coluna e baluarte da verdade” (1Tm 3.15). A tarefa de guardar a verdade era dos cristãos em geral, como Judas escreve: “Amados, quando empregava toda a diligência em escrever-vos acerca da nossa comum salvação, foi que me senti obrigado a corresponder-me convosco, exortando-vos a batalhardes, diligentemente, pela fé que uma vez por todas foi entregue aos santos” (Jd 3). Paulo determina aos crentes de Filipos que “preservem” a palavra da vida, uma referência ao ensinamento que lhes havia transmitido (Fp 2.16). Porém, era primeiramente um encargo dos pastores e presbíteros fiéis, cuja responsabilidade seria defender a verdade e combater o erro.

A responsabilidade dos presbíteros em geral no sentido de preservar cuidadosamente a *sã doutrina* é um conceito que vem desde o concílio de Jerusalém, quando os presbíteros participaram da primeira decisão doutrinária da Igreja, reunindo-se com os apóstolos (At 15.2,4) e com eles examinando a questão referente às condições mediante as quais os crentes gentios podiam ser recebidos na igreja cristã e ter comunhão com os crentes judeus (At 15.6).

Nas cartas que escreveu aos pastores Timóteo e Tito, o apóstolo Paulo exorta-os a exercerem esse papel de guardiães da fé. Timóteo deveria admoestar os que estavam ensinando outra doutrina, sabendo que eram desviados da verdade (1Tm 1.3-7) e se opunham à sã doutrina (1.10). Deveria combater o bom combate, que consistiria em defender a sã doutrina dos ataques de pessoas como Himeneu e Alexandre (1.18-20). Deveria expor aos cristãos os perigos representados pelas doutrinas de demônios, ensinadas por homens de consciência cauterizada (4.1-6), e guardar-se das fábulas profanas e de velhas caducas (4.7). Paulo o adverte contra os que ensinam outra doutrina e não concordam com as sãs palavras do Senhor Jesus (6.3-10). O apóstolo menciona ainda a idéia de “guardar a fé” (verdade) como depósito que havia sido confiado por Deus (2Tm 1.14; 4.7). Encontramos a mesma orientação na carta endereçada a Tito, o qual deveria fazer calar os falsos mestres cristãos que estavam atuando nas igrejas de Creta, repreendê-los severamente para que fossem sãos na fé e não se ocupassem com fábulas judaicas (Tt 1.10-16).

Nas Cartas Pastorais, Paulo enfatiza ainda o papel do presbítero como guardião e preservador da verdade, destacando seu papel como mestre (1Tm 3.2; 5.17) e sua missão de “exortar pelo reto ensino” e de “convencer os que o contradizem” (Tt 1.9). As Pastorais expressam de forma tão clara e enfática o conceito de manter e guardar um depósito doutrinário definido, que estudiosos pluralistas recorrem ao expediente de datá-las do século II e negar-lhes a autoria paulina, alegando que somente então foi que a igreja começou a pensar em um sistema teológico recebido e fixo. Esse recurso extremado tem sido convenientemente examinado e refutado por eruditos que mantêm sua fé na integridade das Escrituras.

Evidentemente, isto não significa que os escritores do Novo Testamento não se sentiam autorizados, como apóstolos de Cristo ou associados aos apóstolos, de interpretar, explicar e elaborar os conceitos recebidos e considerados como doutrina. Na verdade, é isto mesmo o que eles fazem em seus escritos. Mas isto era algo que não permitiam a mais ninguém. E consideravam seus próprios escritos como os cânones da verdade, pelos quais os ensinamentos de outros deveriam ser julgados.

Portanto, além de denunciar os falsos mestres e suas idéias, os escritores do Novo Testamento também ensinavam que os cristãos – especialmente os pastores e presbíteros – deveriam zelar pelo conjunto de verdades reveladas que eles haviam recebido através dos apóstolos e preservá-lo, evitando que as mesmas fossem corrompidas por erros velhos e novos. Muito embora usado de forma pejorativa em alguns círculos, o termo “guardiões da sã doutrina” cabe perfeitamente neste contexto para definir aquilo que os escritores inspirados desejavam que os cristãos fossem.

1.4 O Conceito de Apostasia

Uma outra evidência de que os autores do Novo Testamento trabalhavam com o conceito de um corpo doutrinário definido é a consciência que demons-

tram da realidade da *apostasia*. Apostatar, no Novo Testamento, é afastar-se de Deus como resultado de uma mudança de pensamento, e levantar-se em rebelião aberta contra ele e contra a sua verdade revelada, com o objetivo de pervertê-la. Os escritores do Novo Testamento continuamente advertem os crentes quanto aos perigos da apostasia. A presença do conceito de apostasia nos seus escritos por si só depõe eloqüentemente a favor do que estamos defendendo, ou seja, que os escritores do Novo Testamento operavam a partir da convicção de que havia verdades fixas, e de que, desviando-se delas as pessoas colocavam em perigo sua própria alma.

Em suas cartas, Paulo freqüentemente trata do assunto. Aos *Colossenses*, o apóstolo assegura que os crentes serão apresentados diante de Deus, santos, inculpáveis e irrepreensíveis, *se não se afastarem* do Evangelho que lhes havia pregado (Cl 1.22-23). Aos *Tessalonicenses* Paulo relembra o surgimento da apostasia, substanciada na aparição do anticristo, precedendo o fim (2Ts 2.3). O apóstolo descreve esse evento futuro em termos de um desvio e rebelião contra a verdade. Note as palavras e expressões destacadas: “Ora, o aparecimento do iníquo é segundo a eficácia de Satanás, com todo poder, e sinais, e prodígios da *mentira*, e com todo *engano* de injustiça aos que perecem, porque não acolheram o amor da *verdade* para serem salvos. É por este motivo, pois, que Deus lhes manda a operação do *erro*, para darem crédito à *mentira*” (2Ts 2.9-11). A apostasia não é, entretanto, um fenômeno reservado apenas para o fim dos tempos. Desde o início da presente era, os últimos tempos, ela tem estado em operação, conforme Paulo ensina nas *Pastorais*, referindo-se a mestres que apostataram da fé, seguindo doutrinas de demônios (1Tm 4.1), os quais se desviaram da fé professando o falsamente chamado “saber”, uma provável referência de Paulo ao gnosticismo (1Tm 6.21), levados pela cobiça (1Tm 6.10). Paulo os considera “homens desviados da verdade” (Tt 1.14).

Quem sabe se entre estes apóstatas não estariam pregadores que haviam pertencido ao círculo dos obreiros de Paulo. O apóstolo menciona que foi abandonado por vários colaboradores, como Figelo e Hermógenes (2Tm 1.15). Em alguns casos, a razão do abandono é mencionada, como a Demas, que amou o presente mundo (2Tm 4.10). Não é improvável que Himeneu, Fileto e Alexandre, que sempre aparecem relacionados nas *Pastorais*, tenham sido deste círculo. Além de terem mudado seu pensamento e abandonado o ensino de Paulo, estavam abertamente ensinando doutrinas contrárias ao evangelho (1Tm 1.20; 2Tm 2.17; 4.14).

O conceito de apostasia ocorre também em outros autores. A carta aos *Hebreus* parece ter sido escrita exatamente para impedir a apostasia de seus destinatários. O autor se refere a seu escrito como sendo uma “exortação” (Hb 13.22) cujo ponto essencial era mostrar a superioridade de Cristo como sacerdote em relação aos sacerdotes do sistema do Antigo Testamento (Hb 8.1). Ao que parece, os judeus cristãos destinatários da carta estavam sendo tentados a abandonar a fé em Cristo Jesus e regressar ao judaísmo, de onde haviam saí-

do. O que alarmou o escritor da carta foi a demora, a relutância, a indolência e a negligência que eles estavam manifestando em romper definitivamente com a religião judaica e abraçar plenamente o cristianismo (Hb 2.1-4; 4.1-2; 4.11; 5.11-14). Eles haviam arrefecido do ânimo e fervor que haviam demonstrado no início, quando até mesmo haviam sido perseguidos cruelmente por outros judeus (cf. Hb 10.32-34). A carta está cheia de advertências contra o abandono da fé em Cristo. A salvação eterna e a participação em Cristo são prometidas somente aos que perseverarem até o fim (Hb 3.6,14; 6.11). A dureza de coração e a incredulidade são denunciadas como sendo capazes de afastá-los do Deus vivo (Hb 3.12-13). Uma terrível advertência contra a apostasia é colocada nos termos mais fortes em 6.4-8. A passagem é bastante controversa, mas seu ponto central é claro: não haverá salvação para aqueles que se afastarem da verdade, uma vez que a conheceram plenamente. A advertência é repetida mais adiante: o castigo é inevitável para o apóstata (Hb 10.26-31).

O ponto a destacar é simples. O autor de Hebreus estava convencido de que a doutrina de Cristo que ele expõe é a verdade de Deus. Conseqüentemente, os que não a abraçassem plenamente, ou se desviassem dela, não poderiam alcançar a vida eterna e participar das promessas de Deus. Foi baseado nisto que escreveu tal exortação. *Tiago* também menciona cristãos que se desviaram da verdade e que correm o risco da morte da alma (Tg 5.19). *João* faz uma distinção entre o pecado não para a morte e o pecado para a morte (1Jo 5.16-17), que consistia no abandono da doutrina apostólica para seguir o ensinamento dos mestres gnósticos que estavam se infiltrando nas comunidades da Ásia (1Jo 2.18-26; 4.1-6).

Os exemplos acima demonstram que os autores bíblicos trabalhavam a partir de um sistema doutrinário referencial, que permitia advertir contra a apostasia. Por definição, só pode haver apostasia se existir um referencial doutrinário, pelo qual se possa aferir se há desvio ou rebelião. Se não havia um sistema doutrinário revelado, definido e normativo nos tempos da igreja apostólica, também não poderia haver desvios, deserções e rebeliões. Tais casos seriam interpretados somente como variações e complementações do ensinamento de Jesus e dos apóstolos.

1.5 A interpretação das Escrituras do Antigo Testamento

Mencionaremos brevemente ainda um fator, que é o uso que os escritores do Novo Testamento fazem das Escrituras do Antigo. Eles consideravam o Antigo Testamento como sendo a Palavra de Deus inspirada e usaram-no abundantemente em seus escritos, na maior parte das vezes com o propósito de fundamentar os seus ensinamentos.

Dois pontos são relevantes aqui. O primeiro deles é que os escritores do Novo Testamento consideravam a sua interpretação do Antigo correta e a dos judeus errada. Isto teve início com o próprio Jesus, que corrigiu a interpretação tradicional da lei feita pelos fariseus (Mt 5.21-22, 27-28, 33-34, 38-39, 43-44), denunciou a interpretação deles como sendo uma distorção da Palavra

de Deus (Mt 15.1-9), acusou-os de desconhecer as Escrituras (Mt 15.29) e de torcer o sentido delas em benefício próprio (Mt 23.4, 16-22). Os apóstolos seguiram no mesmo caminho, uma vez que Cristo lhes abriu o entendimento para compreender as Escrituras (Lc 24.44-45). Paulo rejeita a interpretação dos judeus e estabelece a cristã como sendo a verdadeira. Ao lerem o Antigo Testamento, os judeus tinham os sentidos embotados, um véu sobre os olhos que impedia que vissem a Cristo em suas páginas. Somente pela conversão a Cristo esse véu era removido (2Co 3.14-16). Os demais autores do Novo Testamento têm a mesma atitude. O autor de Hebreus interpreta de forma decisivamente cristã as Escrituras do Antigo Testamento e considera o judaísmo como sendo ultrapassado e prestes a morrer (Hb 8.13). Pedro está convencido de que existe uma forma correta de interpretar as cartas de Paulo e as demais Escrituras, pois denuncia aqueles que torcem seu sentido para sua própria perdição (2Pd 3.15-16).

O segundo ponto é que havia vários outros grupos e indivíduos interpretando o Antigo Testamento na época em que o Novo foi formado. Os essênios tinham elaborado sua própria interpretação da Lei e dos Profetas e escrito diversos comentários sobre livros do Antigo Testamento. Havia outros judeus que interpretavam o Antigo Testamento a partir de suas convicções apocalípticas, que incluíam pessimismo quanto ao mundo presente, e o irromper súbito, catastrófico e inesperado do Reino de Deus. Eles mesmos produziram literatura que era conhecida na época em que o Novo Testamento foi escrito, como por exemplo *Enoque*, *Assunção de Moisés*, *4 Esdras*. Os rabinos também tinham seu próprio sistema interpretativo substanciado na tradição oral, que remontava ao tempo de Esdras. Filo de Alexandria, anos antes dos apóstolos, havia escrito comentários sobre o Antigo Testamento, especialmente sobre Gênesis, usando um sistema de interpretação definitivamente alegórico e comprometido com o platonismo. Todas estas interpretações eram conhecidas e correntes no mundo em que os primeiros cristãos viveram. Entretanto, eles se distanciaram de todas elas, por considerarem-nas como interpretações ilegítimas das Escrituras, visto que não partiam da chave hermenêutica que destrancava o sentido delas, que era Cristo. Mais uma vez isto nos mostra que os autores do Novo Testamento operavam a partir do conceito de certo ou errado, e que não faz sentido dizer que os mesmos eram pluralistas ou inclusivistas, mesmo no sentido mais brando e suave dos termos.

1.6 O Conceito do Evangelho como sendo “Verdade”

Por último, menciono o fato que os escritores do Novo Testamento se referem freqüentemente ao evangelho de Cristo como sendo “verdade”. A origem deste uso, mais uma vez, está no próprio Jesus. De acordo com o evangelho de João, ele empregou o termo para se referir a si próprio (Jo 5.33; 14.6), às suas próprias palavras e à sua mensagem (Jo 8.32,40,45-46), enfim, à revelação de Deus que ele, Jesus, veio trazer (Jo 18.37).

Por sua vez, os apóstolos de Cristo igualmente se referiram ao Senhor e

aos seus ensinamentos como sendo “verdade”. João se refere a Cristo como sendo cheio da verdade (Jo 1.14), por meio de quem a verdade foi dada (Jo 1.17). Neste último caso, a referência é ao evangelho, em contraste com a lei de Moisés. Em seus escritos, Paulo usa o termo para se referir ao evangelho como corpo doutrinário. Isto aparece especialmente na carta aos Gálatas, onde o apóstolo combate o erro religioso dos judaizantes. Ele se refere à “verdade do evangelho” duas vezes (Gl 2.5,14), ou seja, a doutrina cristã ensinada por ele. A apostasia dos gálatas consistira em deixar de “obedecer a verdade” (Gl 5.7). Ele ainda se refere ao evangelho como sendo a “palavra da verdade” (Ef 1.13; Cl 1.5), o “amor da verdade” (2Ts 2.10; ver ainda 2.12). Nas Cartas Pastorais, ele considera a igreja como depositária e defensora da verdade (1Tm 3.15), que é a sã doutrina cristã. Conhecer a verdade é a mesma coisa que ter recebido e crido no evangelho (cf. 1Tm 2.4; 4.3; 6.5).

Nos demais escritos do Novo Testamento encontramos o mesmo uso do termo “verdade” para o evangelho (cf. Hb 10.26; Tg 1.18; 5.19; 1Pe 1.22; 2Pe 1.12; 2.2). É o apóstolo João, em especial, que mais emprega o termo desta forma. Em suas cartas, ter a verdade (1Jo 1.18; 2.4) ou ser da verdade (1Jo 3.19) é o equivalente a conhecer e receber verdadeiramente o evangelho, tal qual foi ensinado pelos apóstolos (1Jo 2.21; 4.6).

Paralelamente ao conceito do evangelho, como verdade, vem o conceito de erro, mentira e engano para todos os desvios doutrinários do evangelho. Os ensinamentos dos falsos profetas e mestres que foram os principais inimigos do evangelho no período apostólico são constantemente referidos como sendo engano (At 13.10; 2Ts 2.10; 2Tm 3.13; Tt 1.10; 1Jo 2.26), erro (Ef 4.14; 2Tm 2.21; 2Pe 3.17; 1Jo 4.6; Jd 11) e mentira (2Ts 2.9; 1Tm 4.1-2; 1Jo 2.21), termos que são o oposto do conceito de verdade. Não há necessidade de provar que o termo “verdade” no Novo Testamento significa a realidade que está por detrás das palavras, a essência manifesta e verídica do que se diz. Ser verdadeiro é estar de acordo com a realidade dos fatos. É proceder de Deus. Ao se referirem ao evangelho como sendo verdade, os apóstolos de Cristo estavam deixando claro que todo ensinamento contrário a ele é erro, mentira, engano.

2. AS IMPLICAÇÕES PARA A IGREJA CRISTÃ

À luz da análise feita acima, devemos, em seguida, nos perguntar qual a implicação dos resultados a que chegamos para a reflexão teológica, a prática e a obra missionária da igreja cristã em nossos dias. Segundo entendemos, é claro no Novo Testamento que seus autores operavam com o conceito de um corpo doutrinário revelado, normativo e definido, que só podia ser aumentado por eles mesmos, autorizados que foram por Jesus Cristo. Portanto, todo entendimento, conceito, idéia ou doutrina que divergisse desse corpo doutrinário autorizado era considerado como erro, desvio, apostasia. Perguntemo-nos agora quais são os modos como podemos ver as implicações dessa constatação para nós hoje.

2.1 Não há implicação alguma

Começamos reconhecendo que há quem defenda que a reflexão teológica da igreja primitiva não pode mais servir de modelo para a igreja cristã atual. O que eles escreveram é apenas um testemunho de sua fé, a qual estava condicionada cultural e temporalmente à sua época. Portanto, o seu modo de pensar não funciona como referencial para os cristãos de diferentes épocas. Inclui-se aí o corpo de doutrinas que estabeleceram e criaram, e que consideravam como verdadeiro e exclusivo.

Algumas críticas podem ser feitas a esta posição. Primeiro, ela torna a Bíblia em um livro totalmente irrelevante para as igrejas cristãs hoje e remove qualquer referencial cristão para as mesmas. Em segundo lugar, por este próprio critério o trabalho destes críticos deixará de ter validade em mais uma ou duas gerações.

Em terceiro lugar, o fato de que a cosmovisão dos escritores do Novo Testamento era diferente da nossa não torna necessariamente irrelevante tudo o que escreveram. Curiosamente, as Escrituras do Antigo Testamento foram produzidas através de muitas e diferentes culturas, como a egípcia, mesopotâmica, babilônica, persa, romana e judaica, e, mesmo assim, conservaram unificado seu corpo central doutrinário. Outra coisa, se formos usar o mesmo critério para as demais áreas do conhecimento humano, estaremos isolando completamente o conhecimento das antigas culturas, algo que nenhum historiador, arqueólogo ou pesquisador desejaria aceitar.

2.2 Não temos como ter certeza da verdade

Uma outra posição defende que os escritores do Novo Testamento foram realmente inspirados por Deus e foram veículos da revelação divina. Receberam e registraram os fatos fundamentais da fé cristã. Nossa tarefa hoje, entretanto, é outra: é refletir sobre essa revelação e fazer teologia, a qual sempre será invariavelmente subjetiva, relativa e incompleta. Duas coisas cooperam para isto: primeiro, nossa natureza humana limitada, e segundo, nossa condição de pecadores. Segundo esse pensamento, o fato de sermos humanos e finitos limita nossa possibilidade de conhecer. E o fato de sermos pecadores faz com que esse conhecimento seja imperfeito. Segundo essa linha, os efeitos combinados dessa dupla condição (humanos e pecadores) acabam sendo devastadores: ninguém pode conhecer a ponto de dizer que tem a posse da verdade. Desta forma, não se pode falar de um sistema doutrinário elaborado, a partir da reflexão da Igreja, que seja considerado como referencial válido para todas as épocas.

Podemos concordar que nosso conhecimento é e sempre será limitado pela nossa humanidade e pecaminosidade. Entretanto, essa realidade não implica a impossibilidade de conhecermos o que Deus nos revelou e de termos certeza de que conhecemos. Negar esta possibilidade, em primeiro lugar, transforma a relatividade e subjetividade presentes na reflexão teológica da igreja em uma impossibilidade para a mesma afirmar, em qualquer época, que pode conhecer de forma clara e concreta essa mesma verdade. Em segundo lugar, a

negação da exatidão de nosso conhecimento deriva de uma compreensão inadequada da doutrina da humanidade e da queda. Os reformadores, que reconheciam as limitações impostas pela queda à capacidade humana de conhecer, professavam com a mesma boca e no mesmo fôlego a sua confiança de que, através das Escrituras, pela iluminação do Espírito, os crentes podiam chegar ao verdadeiro conhecimento de Deus, isto é, da verdade.

Por fim, afirmar a relativização final da nossa reflexão teológica retira qualquer base concreta e objetiva para que a igreja possa desenvolver seu ministério aqui neste mundo. As implicações deste raciocínio acabam por tornar a mensagem das Escrituras inacessível à igreja. Levando o seu subjetivismo e relativismo inerentes às últimas conseqüências, acabamos sem Escritura, sem revelação, sem verdade e sem pregação, e sem base objetiva para a doutrina e a prática da igreja, para decisões teológicas, para o ensino doutrinário e para a ordem eclesiástica.

2.3 Existe um referencial claro e acessível de verdade

Nossa posição é que a atitude dos autores do Novo Testamento para com a revelação divina serve de modelo para a igreja cristã em todas as épocas e lugares. Como tal, ela pode fazer afirmações teológicas ou elaborações doutrinárias que sejam consideradas como verdadeiras e válidas em todas as épocas e lugares. É claro que a cultura sempre influencia nossa maneira de pensar e, portanto, aquilo que escrevemos. Isto não torna todas as elaborações teológicas inúteis, de uma geração para a outra. Sistemas teológicos, como as confissões de fé reformadas, são mais que mero testemunho da fé que tinham os antigos. Eles incorporam a reflexão da igreja, através dos séculos, de forma proposicional e válida.

Concordamos que não devemos elevar à categoria de inspirados e infalíveis as grandes confissões e credos da igreja. Tal *status* é somente das Escrituras. Admitimos o fato de que a teologia é “aberta” pois trata-se de uma tentativa – humana e falível – de sistematizar as verdades eternas reveladas por Deus nas Escrituras infalíveis e inerrantes. As próprias confissões históricas admitem que foram feitas por concílios passíveis de erro. Ao mesmo tempo, admitir esta realidade óbvia não é a mesma coisa que negar a validade permanente das elaborações doutrinárias contidas nas confissões e credos históricos da igreja.

Conforme vimos acima, a própria Escritura traz um sistema doutrinário coerente e único, embora apresentado de formas e em ênfases diferentes. Não temos como falar de “teologias” contidas nas Escrituras, a não ser em termos complementares – jamais como contraditórias. Se existe nas Escrituras a idéia de um corpo doutrinário revelado e final, fechado e coerente, único e permanente, admite-se a possibilidade de que a igreja sintetize e organize esse sistema doutrinário e que essa síntese tenha validade de geração em geração. Os escritores do Novo Testamento reconheciam um corpo de doutrinas dadas por Deus como revelação final, imutável e permanente para a Igreja de Cristo. Reverentemente, guardemos esse depósito que nos foi confiado, mediante o estudo e sistematização do mesmo.

ABSTRACT

When Christianity emerged in the first century AD, a great variety of different understandings of Jesus and his message also appeared with it. The apostles had to deal with these emergent forms of Christianity. Their attitude towards these different understandings, together with that of their associates, has been preserved in their writings, namely, the New Testament books. Were the New Testament authors receptive to these divergent preachings about Christ and his work? An examination of the New Testament writings shows several indications that its authors believed God had revealed a body of doctrine, fixed enough to enable them to characterize divergent teachings as errors. In this article the author examines some of these indications, such as the reasons why the New Testament books were written, their denunciation against false teachers, their exhortations that sound doctrine be preserved, the concept of apostasy, their interpretation of the Old Testament, and the concept of truth that appears in them. When the author says that we find only one theology in the New Testament writings he is not denying the obvious variety found in them. He defends that that variety comes from the different Sitz-im-Leben of each book, the purposes of their authors and the different emphases due to different audiences. The article concludes that the attitude of New Testament writers is a model for the church in all places and times. As such, she can make theological affirmations that can be considered true and valid for all places and times, such as the great creeds and confessions of Christianity.

KEY-WORDS

New Testament, plurality, apostasy, truth, tolerance, apostles.

